

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



O presidencialismo no Brasil está enfraquecido

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anda triste. Não manda tanto quanto gostaria, o que é normal para qualquer governante que não seja um ditador, mas também porque a diferença nas relações de força entre os Poderes da República também mudou muito de 2010 para 2023. O Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) estão mais fortalecidos em relação ao Executivo, por vários motivos, entre os quais as mudanças nas regras eleitorais, na legislação partidária e na execução das emendas parlamentares ao Orçamento da União. Há uma diferença entre o agir do governo como estrutura de Estado, que é insubstituível, e a liderança do presidente da República.

Não custa nada lembrar a frase famosa de Karl Marx no *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852, uma grande reportagem sobre a restauração na França, após o golpe de Estado do sobrinho de Napoleão, escrita sob encomenda para uma revista. “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e, sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”, escreveu.

Um pouco de marxismo não faz mal a ninguém. Anos mais tarde, seu parceiro Frederico Engels, numa carta ao filósofo Joseph Bloch, afirmaria que a história deriva dos conflitos entre muitas vontades individuais, “cada uma das quais, por sua vez, é o que é por uma multidão de condições especiais”. Inúmeras forças se entrecruzam na história para que um determinado acontecimento se apresente como uma potência única, que atua “sem consciência e sem vontade”. Com muitos quadros marxistas, o PT deveria compreender melhor essa situação e criar menos problemas para a relação do governo com os aliados e o Congresso.

Ontem, na reunião do núcleo político do Palácio do Planalto, com os líderes e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, presentes, Lula deu sinais de que a ficha começa a cair em relação ao Congresso. Queixou-se de que o PT cria tumulto e complica as negociações do novo arcabouço fiscal, sem o qual as políticas sociais do governo irão à breca. O relator do projeto, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), deixou muito claro que a proposta não passará na Câmara sem o apoio da bancada governista. O que pode acontecer é a manutenção do chamado “teto de gastos”, que limitaria muito a capacidade de financiamento das políticas públicas.

A votação do arcabouço fiscal, que deve ocorrer nesta semana, é uma espécie de rubicão para o governo. Mais importante do que isso, mas sem o mesmo efeito de curto prazo, somente a reforma tributária. Mudança no novo marco do saneamento, transferência do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) da Fazenda para a Casa Civil e extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), consideradas derrotas anunciadas do governo, nem de longe se equiparam ao estrago que pode ser causado por uma derrota na aprovação do novo arcabouço fiscal.

Novas relações

De certa forma, as negociações na Câmara são uma espécie de laboratório das novas relações de poder entre o Executivo e o Legislativo, com o Supremo ocupando cada vez mais espaço quando surge um buraco negro na legislação em decorrência do impasse entre os outros Poderes. É o que pode ocorrer amanhã, no julgamento pelo Supremo de quatro ações que tratam do marco regulatório da internet.

Há certo consenso de que o “presidencialismo de coalizão”, conceito criado por Sérgio Abranches, já deu o que tinha que dar. Professor da Universidade Federal de Pernambuco, o cientista político Marcus André Melo, ontem, na *Folha de S. Paulo*, chamava atenção para o fato: “Os Poderes constitucionais são o núcleo duro de onde deriva a potência do Executivo, mas obviamente outras variáveis importam: o poder partidário, o estilo de gerenciamento da coalizão; e outras de natureza contextual: sua popularidade, o estado da economia, o timing do mandato (lua de mel versus pato manco)”. Segundo ele, a reforma política de 2017 e o fim do financiamento empresarial dos partidos, a criação do fundo eleitoral em valores sem paralelo em qualquer democracia “alterou de forma radical a dependência dos partidos — e consequentemente do Legislativo — em relação ao Poder Executivo”.

“Há duas variáveis de escolha na decisão presidencial quanto à sua coalizão: seu tamanho e heterogeneidade — a amplitude ideológica de sua base —, a qual tem importância decisiva para a congruência entre a coalizão e o Congresso como um todo. Entre um presidente que delega para a mediana da distribuição de preferências políticas do Congresso e um que tenta impor unilateralmente sua agenda, há um continuum de posições intermediárias. Se o Congresso se deslocou à direita, e o portfólio ministerial e as iniciativas de políticas de governo não refletem isso, haverá custos consideráveis.”

Quem captou essa mensagem foi o presidente da Câmara, Arthur Lira, que resumiu a questão: “O governo precisa descentralizar, confiar e delegar. Descentralizando, acreditando e confiando, ele melhorará a sua articulação política. Por enquanto, o governo está muito internalizado no PT, não tem aberto mão para posições de articulação da sua base aliada”, observou. O presidencialismo no Brasil está enfraquecido desde o impeachment de Dilma Rousseff. É um tema que merece mais reflexão no governo e fora dele.

PODER

Sem pressa para votar o PL das Fake News

Presidente da Câmara diz ser preciso que pessoas vejam como necessária a discussão

» ÁNDREA MALCHER

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou, ontem, que ainda não há previsão para a votação do projeto de lei (PL) das fake news. “O PL das Fake News, mais dia, menos dia, voltará ao plenário. Vamos dar tempo ao relator”, disse, em entrevista à BandNews TV. “Enquanto não houver uma acomodação para que as pessoas vejam essa como uma discussão necessária, não vejo como a votação acontecer.”

No último dia 2, a Câmara aprovou a discussão do projeto em regime de urgência, no entanto, ante temor de rejeição da matéria em plenário, o relator, Orlando Silva (PCdoB-SP), pediu adiamento.

Para o andamento da proposta, Lira defendeu novamente uma articulação mais efetiva entre Executivo e Congresso. “O governo precisa descentralizar, confiar e delegar. Descentralizando, acreditando e confiando, ele melhorará a sua articulação política. Por enquanto, o governo está muito internalizado no PT, não tem aberto mão para posições de articulação da sua base aliada”, criticou. “Se ele (o presidente Luiz Inácio Lula da Silva) entrar na discussão do PL das Fake News, da discussão de esquerda contra a direita, da radicalização, da polarização, ficará difícil. Portanto, todo nosso esforço é para

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Lira criticou novamente a articulação do governo com o Congresso

mostrar, dentro da Câmara e para o Brasil, que esse é um tema nacional, e não de governo.”

Lira classificou como “massacre” a campanha de empresas de tecnologia, encabeçada por Google e Telegram, que vêm disseminando nas plataformas mensagens contrárias ao projeto.

“Os algoritmos funcionaram de maneira a massacrar deputados de maneira virtual. Isso mexeu com a parcialidade da votação do PL das Fake News”, argumentou.

Ausência

Orlando Silva foi outro que mirou nas big techs ontem. Ele criticou a ausência da Google no painel Brasil Hoje, organizado

pela Esfera Brasil, que discutiu a proposta de regulação das redes sociais e plataformas digitais. Estava prevista a participação do CEO da gigante da tecnologia, Fábio Coelho, mas ele não compareceu.

“Defendo que o Google faça debate em um espaço com este ou no Congresso Nacional. Não pode haver abuso de poder econômico da sua estrutura, que é neutra, para enviesar o debate”, ressaltou.

A jornalista, o relator do PL das Fake News desafiou a empresa a indicar em que a proposta abre brecha para censura, como alega. “Ficaria feliz de ouvir os argumentos que eles têm contra as regras de transparência. Gostaria de saber em

que medida criticam as sugestões para ajustar a legislação de publicidade, de risco sistêmico, que são os temas que nós colocamos no texto”, destacou.

Ainda conforme o relator, “não cabe” incluir no texto que a regulação fique sob a responsabilidade das próprias plataformas. Mas um modelo de “autorregulação regulada” está sendo estudado. O deputado retirou do projeto um trecho que estabelecia uma instituição ligada ao Executivo para a fiscalização das plataformas, alvo de muitas críticas da oposição, que enxergava um risco de interferência do governo nos conteúdos postados nas redes sociais.

“Acredito ser importante que haja regulação das plataformas e não acredito em regulação sem regulador. O problema de criar uma entidade é a desconfiança política”, frisou Silva. “A autorregulação regulada pelo Estado por um órgão regulador é um caminho. Devemos avaliar a hipótese de a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) (ser esse órgão) e devemos estudar essa proposta posta na mesa pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)”, acrescentou.

O parlamentar também estudou incluir na proposta a obrigatoriedade de identificação dos donos de contas nas redes sociais, semelhante ao modelo de contas bancárias. Ele pretende encerrar a tramitação do PL na Câmara até o dia 27.

Marco Civil insuficiente

O ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Paulo Pimenta, disse, ontem, não ter dúvidas a respeito da necessidade de consolidação de uma regulação de mídias no país. Para ele, o Marco Civil da Internet, de 2014, não contempla a responsabilização das redes sociais, que hoje se faz primordial.

“Pode ser que naquele momento os diferentes atores possam ter compreendido que a determinação era suficiente para regular a presença dessa novidade tecnológica das plataformas no nosso país. Mas entendo que a própria vida acabou demonstrando que essa formulação (o Marco Civil) foi o suficiente, mas hoje não é mais”, frisou, no seminário Brasil Hoje, organizado pela Esfera Brasil.

Na avaliação do ministro, o Marco Civil da Internet tem um “caráter anacrônico”, ao tirar das empresas de tecnologia a responsabilidade em casos de apologia a temáticas de violência, pedofilia, racismo, discurso de ódio e discriminação contra pessoas LGBTQIA+. “Tiramos do ar mais de 300 sites, perfis que incentivavam, comemoravam, exaltavam os crimes que ocorreram nas escolas”, exemplificou.

Pimenta destacou o contrassenso de que práticas criminosas sejam coibidas fora da internet, mas sejam aceitas no online. “Não é possível que possamos aceitar que a soberania de um país tenha que estar subordinada a um modelo de negócios dessas empresas”, ressaltou.

Ele ainda criticou as campanhas contrárias ao PL das Fake News, feitas por gigantes como Google e Telegram. “Se uma plataforma de busca, que detém mais de 96% do mercado, que controla os algoritmos, sabe exatamente o perfil de cada um dos usuários, utiliza essa estrutura para criticar um projeto de lei, isso abre a possibilidade de que essa mesma estrutura possa ser utilizada em outros momentos para qualquer coisa”, argumentou. (AM)

Para o Marcelo, a melhor época no DF foi quando ele se qualificou no RenovaDF.

Para a Débora, o melhor começa agora.

Marcelo Borges

Participante do RenovaDF e pai da Débora

O GDF não parou de trabalhar para melhorar as nossas cidades e a vida das pessoas. É por isso que hoje você pode ver novos hospitais, UPAs, UBSs, tesourinhas reformadas e grandes obras como o Túnel de Taguatinga, que será inaugurado em breve. E programas sociais como o Prato Cheio, que foi ampliado para atender 100 mil famílias. Com novas entregas e conclusões de obras ao longo do ano, você vai ver: o melhor começa agora.

